

O PARADIGMA DO COMPROMISSO SOCIAL, AS DIRETRIZES CURRICULARES E ADAPTAÇÕES NO CURSO DE PSICOLOGIA

Líbia Monteiro Martins ¹

Resumo

A profissão de psicólogo e a formação em Psicologia, no Brasil, foram regulamentadas antes que houvesse um corpo profissional consistente, em meados da década de 60. Ao longo das décadas de 70 e 80, a Psicologia passou por uma mudança de paradigma que implicou na adoção de uma postura ético-política face à realidade social. Nesse contexto é que as diretrizes curriculares nacionais (DCN) começaram a ser pensadas e chegaram a ser propostas, na década de 90. O objetivo desse artigo é verificar as adaptações curriculares referentes às teorias e práticas no campo social, após as DCN de 2004, e explorar as percepções de egressos do curso de Psicologia da UNIVALE acerca da formação e atuação. O método utilizado foi uma pesquisa documental e levantamento de campo, realizada a partir da análise de matrizes curriculares do curso e de entrevistas com dois grupos de egressos, um formado antes das DCN, outro depois. Verifica-se uma inserção progressivamente maior de disciplinas de escopo social, além da possibilidade de estágios em campos específicos, além da clínica/psicodiagnóstico e Psicologia Organizacional que já eram de praxi. No que tange à percepção dos egressos, em ambos os grupos, foram observadas dificuldades em lidar com as demandas do campo social, as quais apontam para limitações no processo formativo. Um caminho para lidar com este problema seria operacionalizar as habilidades e competências preconizadas pelas DCN em práticas que articulem ensino, extensão e pesquisa.

Palavras-chave: compromisso; social; formação; Psicologia.

Abstract

THE PARADIGM OF SOCIAL COMMITMENT, THE CURRICULAR GUIDELINES AND ADAPTATIONS IN THE PSYCHOLOGY COURSE

The profession of psychologist and the graduation in Psychology in Brazil were regulated before there could be a consistent professional body, in the middle of

¹Psicóloga egressa do curso de Psicologia da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE); professora adjunto do curso de Psicologia da UNIVALE; Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo.

1960. Throughout the 70's and 80's, psychology went through a paradigm shift that implicated in the adoption of an ethical-political attitude towards social reality. It was in this context that the national curriculum guidelines (DCN) started to be thought and got to be proposed, in the 1990s. The aim of this article is to verify the curriculum adaptations related to theories and practices in the social field, after the DCN of 2004, and to explore the perceptions of the Psychology graduates at UNIVALE about graduation and performance. The method used was a documentary research and field survey, conducted through the analysis of the course's curricular matrices and interviews with two groups of alumni, one graduated before the DCN, and another after. It is observed a progressively greater insertion of disciplines of social scope, the expansion of the possibility of internships in specific fields, besides the clinical / psychodiagnostic and organizational psychology which were already usual. When it comes to the perception of graduates, there was, in both groups, trouble dealing with the demands of the social field, which pointed to limitations in the graduating process. A way to deal with this problem would be to operationalize skills and competences recommended by DCN in practices that articulate teaching, extension and research.

Keywords: commitment; social; graduation; Psychology.

Introdução

A Psicologia da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) fez este ano trinta anos. Esta é uma oportunidade para retomar momentos importantes, lembrar de pessoas que fizeram parte desta história, comemorar as conquistas e nos projetar no futuro, mas, sobretudo, pensar nos percursos e encarar os desafios. Antes de prosseguir nesta empreitada, vale a pena traçar um breve panorama histórico da Psicologia e situar os marcos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2004), visando contextualizar o presente estudo.

A Psicologia como ciência

A Psicologia passou a ser considerada ciência no século XIX, depois de se separar da Filosofia. Wundt, Weber e Fechner realizaram estudos em intercessão com experimentos de Fisiologia em Leipzig, Alemanha, sendo estes considerados precursores da Psicologia como ciência. Além desses nomes, marcaram a história

Titchner, James e Thorndike que desenvolveram, respectivamente, os modelos teóricos estruturalista, funcionalista e associacionista. Nesse momento, havia uma preocupação em adequar a ciência nascente à concepção positivista, através da apropriação de métodos das ciências naturais (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2018).

No século XX, três grandes correntes sucederam esses modelos, sendo as quais: Behaviorismo, Gestalt e Psicanálise. Esta variedade de propostas teórico-metodológicas está no cerne da Psicologia, fazendo com que a definamos como uma ciência de múltiplos enfoques. Isto porque cada qual se orienta por concepções de homem muito variadas. No primeiro caso, o objeto de estudo se define como o comportamento humano, no segundo, as sensações e percepções, e no último, o inconsciente. Hoje, essas grades matrizes são preconizadas nas grades curriculares dos cursos de Psicologia, mas várias outras linhas têm se desenvolvido a partir e para além delas (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2018).

A Psicologia no Brasil

No Brasil, desde 1920, a Psicologia se fecundou a partir das teses e cátedras em cursos de medicina e da área de educação (SOARES, 2010). A primeira turma de psicólogos se formou em 1960, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CHAVES et. al, 1992). Em 1962, a profissão e a formação em Psicologia foram regulamentadas. Esta regulamentação pode ser entendida como um registro de nascimento antes que o bebê nascesse, pois, nessa época, a Psicologia ainda não dispunha de um corpo profissional consistente (BOCK, 2010).

A prática profissional requisitada pela sociedade, até então, era a de psicodiagnóstico, especialmente no contexto escolar e organizacional, além da clínica que a definia como *métier*. Assim, a Psicologia no Brasil se desenvolveu a partir do projeto de modernização do país e os psicólogos estiveram a serviço dos interesses de camadas sociais dominantes (BOCK, 2007, BOCK, 2010).

O fim da década de 60 e o transcorrer da década de 70 foram caracterizados pela instauração da ditadura militar e pela gestação de movimentos sociais. Duas coisas importantes aconteceram, nesse momento: o psicólogo foi inserido na saúde mental, que já tinha encabeçado um movimento sanitário, e nasceu a Psicologia Comunitária, a partir de estágios realizados por estudantes de Psicologia junto a grupos organizados em torno de alguma questão (BOCK, 2010).

Depois da década de 80, expandiu-se a presença

do psicólogo em diversos segmentos e serviços destinados à população. Finalmente, este profissional teve lugar reconhecido nas políticas públicas de saúde, o que potencializou sua inserção no campo social para além dos movimentos comunitários com os quais já vinha compondo práticas e saberes (FREITAS, 1996).

Nesse contexto, despertou-se uma crise no seio da Psicologia, fazendo com que a categoria se organizasse como classe e passasse a se questionar sobre os rumos da profissão. Urgiu o desenvolvimento de uma prática afinada com a realidade social brasileira, interessada em compreendê-la e transformá-la. Esse movimento paradigmático se traduziu na adoção de uma postura ético-política que se inscreve sob o nome de compromisso social. Ou seja, a Psicologia assumiu certa posição no tecido social ao invés de negá-la em nome de uma assepsia científica, responsabilizando-se pela defesa, garantia e promoção de direitos (BOCK, 2007, BOCK, 2010, JACÓ-VILELA, 2007). Isso demandou uma guinada no curso de desenvolvimento teórico e metodológico da Psicologia no Brasil, visto que, até então, era consumidora ávida de tecnologias sociais estadunidenses, e cresceu o interesse por concepções críticas europeias. Ela deixou de simplesmente aplicar modelos psicologizantes e tratou de construir novos referenciais para a atuação dos psicólogos (BOCK, 2007, JACÓ-VILELA, 2007).

A Psicologia sofreu diversas influências no curso de desenvolvimento dessa mudança de paradigma, dentre as quais, no Brasil, cabe destacar a educação popular proposta por Paulo Freire. Em toda a América Latina os psicólogos haviam realizado várias experiências e a Psicologia Comunitária já era reconhecida. Assim, buscou-se consolidar um corpo de conhecimento que pudessem sustentar a prática no campo social, a partir de uma concepção socio-histórica e crítica, constituindo a Psicologia Social sobre a matriz do materialismo dialético (LANE, 2000).

A regulamentação das DCN

Após quase uma década de discussões entre a classe profissional e representantes de instituições formadoras, chegou-se à formulação de propostas para as diretrizes curriculares do curso de Psicologia em um evento ocorrido em Serra Negra (CFP, 1992). Este foi um grande avanço no que tange à afirmação do compromisso social no âmbito da formação de psicólogos, mas a vitória não poderia ser anunciada, porque o maior desafio ainda estava por vir: regulamentar e

implementar essa proposta.

Somente em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais foram regulamentadas pela Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 07 de Maio de 2004, a qual determinou que a formação em Psicologia passasse a ser ampla, sem distinção entre bacharel e psicólogo, privilegiando-se as múltiplas concepções teórico-metodológicas (BRASIL, 2004).

Antes disso, existiam três perfis de formação, sendo os quais: 1) Licenciatura (formação de professor); 2) Bacharelado (formação de pesquisador); e 3) Formação de psicólogo. A Resolução nº 403, de 9 de Dezembro de 1962, do Conselho Federal de Educação, estabeleceu como currículo mínimo para o bacharelado e licenciatura em Psicologia, as seguintes disciplinas: Estatística, Fisiologia, Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia Geral, além das disciplinas pedagógicas exigidas para a formação em Licenciatura. Para a formação de psicólogo, além das disciplinas acima, eram obrigatórias: Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico; Ética Profissional; Dinâmica de Grupo e Relações Humanas; Pedagogia Terapêutica; Psicologia do Excepcional; Teorias e Técnicas Psicoterápicas; Psicologia Escolar e Problemas da Aprendizagem; Seleção e Orientação Profissional; e Psicologia da Indústria. Ademais, os cursos de licenciatura e bacharelado deveriam durar quatro anos; enquanto que a formação de psicólogo deveria durar 5 anos, perfazendo um total de 500 horas, no mínimo, incluindo estágios (LISBOA; BARBOSA, 2009).

A partir das DCN de 2004, a formação de professor passou a ser considerada uma oferta complementar não obrigatória nas instituições de ensino superior (IES), condicionada à legislação que contempla a formação de professores, embora se exigissem competências mínimas do curso de Psicologia. A novidade introduzida pela Resolução nº 5 do CNE, de 15 de Março de 2011, foi a obrigatoriedade da oferta de licenciatura, sendo facultativa ao estudante cursá-la (BRASIL, 2011).

As DCN de 2004 formalizaram um núcleo comum, articulando competências básicas aos seguintes eixos estruturantes: Fundamentos epistemológicos e históricos, Fundamentos teórico-metodológicos, Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, Fenômenos e processos psicológicos, Interfaces com campos afins do conhecimento e Práticas profissionais. Além disso, previram estágios básicos, ênfases curriculares que culminam na prática de estágios específicos e na constituição dos serviços de psicologia nas instituições formadoras. Esses prin-

cípios norteadores permaneceram inalterados nas DCNs de 2011.

Em Resolução de nº 569, de 8 de Dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou o Parecer Técnico nº. 300, que apresenta diretrizes comuns às graduações da área de saúde, abrangendo a perspectiva do controle e da participação social (BRASIL, 2017). Com esta resolução, o Conselho mobilizou um processo de revisão das DCN de todos os cursos da área de saúde, dos quais a Psicologia é reconhecido desde a Resolução nº 287 do CNS, de 8 de Outubro de 1998, visando incluir ao perfil do egresso habilidades e competências para o trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde (BRASIL 1998).

A Associação Brasileira de Psicologia, juntamente com a Federação Nacional dos Psicólogos, ambas instâncias ligadas ao Conselho Federal de Psicologia, encabeçaram encontros regionais e federais, a fim de que as DCN fossem discutidas e reformuladas coletivamente pela classe e pelas IES (CFP, 2018). Como resultado desse processo nomeado “Ano da formação em Psicologia”, a Resolução nº 597 do CNS, de 13 de Setembro de 2018, aprovou a minuta daquelas propostas como as novas DCN (BRASIL, 2018). O documento enfatiza o compromisso ético-político da atuação do psicólogo no campo das políticas públicas. Além disso, prima pela graduação presencial, considerando o uso das tecnologias como aliado no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto em que as diretrizes curriculares são, uma vez mais, colocadas em questão, urge refletir a formação ético-política de profissionais orientados pelo compromisso social da Psicologia. Tendo isto em vista, realizou-se um estudo para identificar as adaptações curriculares feitas pelo curso de Psicologia da UNIVALE. Ademais, entrevistou-se egressos formados antes e depois das DCN, a fim de verificar as percepções sobre a formação acadêmica e a atuação no campo social.

Metodologia

O presente estudo foi realizado ao longo da disciplina de Psicologia Institucional, juntamente com os alunos do 10º período, no primeiro semestre de 2019. Trata-se de uma Atividade Prática de Pesquisa (APP) desenvolvida no âmbito do Seminário Integrador que, este ano, teve como tema os 30 anos do curso de Psicologia da UNIVALE.

A APP é uma abordagem metodológica que visa

tornar a prática de pesquisa parte do cotidiano em sala de aula. Além disso, estimula a adoção de uma postura ativa pelo aluno, contribuindo para que haja uma experiência significativa de aprendizagem. Dessa forma, o tripé ensino-extensão-pesquisa encontra sustentação, tornando a formação universitária uma situação efetiva de produção de conhecimento.

A estratégia metodológica utilizada foi a divisão dos alunos em três grupos de trabalho. As atividades desenvolvidas por cada um desses grupos de trabalho foram:

- Análise comparativa entre uma matriz curricular anterior e outra posterior ao ano de 2004.
- Entrevista com três egressos do curso formados antes de 2004.
- Entrevista com três egressos do curso formados depois de 2004.

As atividades extra-classe envolveram estudo bibliográfico e fichamentos dos textos indicados, realização das entrevistas e análise das matrizes curriculares supracitadas. As atividades desenvolvidas em sala de aula foram: elaboração do roteiro semi-estruturado de entrevista, socialização dos resultados do trabalho realizado por cada grupo e discussão dos resultados.

Vale destacar que este estudo possui duas etapas: uma do tipo documental, retrospectivo, e outra de levantamento de campo. Além de analisar documentos institucionais para investigar as adaptações curriculares decorrentes das DCN de 2004, sobretudo no que tange às alterações referentes a teorias e prática no campo social, buscou-se compreender as percepções de dois grupos de egressos sobre a formação obtida na graduação e sua atuação profissional no campo social, de forma a aprofundar os dados documentais anteriores (GIL, 2017).

O roteiro de entrevista formulado continha um cabeçalho com dados gerais sobre o entrevistado, tais como: sexo, idade, ano de formação, área/tempo de atuação, etc. As questões abertas buscaram elucidar: (1) motivação para a escolha do campo social; (2) experiências iniciais nesse campo, após a formação; (3) desafios encontrados, no início; (4) estratégias de enfrentamento desses desafios; (5) mudanças observadas no campo social, ao longo do tempo; e (6) contribuições da formação acadêmica em sua atuação profissional. Vale salientar que as entrevistas não foram gravadas e os registros das respostas foram feitos pelos alunos em formulário próprio,

O critério de inclusão dos participantes para a entrevista foi que estivessem inseridos em dispositivos de saúde, assistência social ou qualquer outro serviço

que se configure como política pública. Esse critério foi estabelecido justamente pelo interesse em comparar o impacto dos currículos pré e pós diretrizes curriculares na atuação de psicólogos no campo social. Já para o estudo documental, escolheu-se as matrizes dos anos de 1997, 2004 e 2019 com a intenção de traçar um panorama das adaptações curriculares, depois que foram regulamentadas as DCN.

O conteúdo das entrevistas passou por uma análise de conteúdo, tal como proposta por Bardin (2009). Esse procedimento de análise inclui leituras flutuantes e abstração de categorias, conforme as regularidades encontradas nas respostas.

Resultados e Discussão

Adaptações curriculares no curso de Psicologia da UNIVALE

Analisando-se matrizes curriculares do curso de Psicologia da UNIVALE, verifica-se uma inserção progressivamente maior de disciplinas de escopo social. Na tabela abaixo há um resumo dessas inserções realizadas nos anos de 1997, momento em que ainda não existiam as diretrizes curriculares, já havendo uma ampla discussão a respeito; de 2004, ano em que foram regulamentadas; e de 2019, ano em que se discutem as novas DCN, mas se mantiveram as alterações feitas em 2011.

Tabela 1

Disciplinas incluídas à matriz do curso de Psicologia da UNIVALE

Ano 1997
<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia Social • Saúde Mental
Ano 2004
<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia Social I • Psicologia Social II • Psicologia Comunitária I • Psicologia Comunitária II • Psicologia da Saúde I • Psicologia da Saúde II • Psicologia Institucional

Ano 2019
<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia e Direitos Humanos* • Cultura Surda e Libras* • Filosofia e Saúde • Sociologia e Saúde • Antropologia e Saúde • Psicologia Social I • Psicologia Social II • Psicologia Comunitária I • Psicologia Comunitária II • Psicologia Institucional • Psicologia e Políticas públicas • Psicologia da Saúde • Saúde Mental • Psicologia ambiental e das emergências

*Fonte: Matrizes curriculares do curso de Psicologia da UNIVALE. *Licenciatura.*

No que tange aos estágios supervisionados, na matriz de 1997 constam os estágios de psicodiagnóstico, clínica e Psicologia Organizacional. Nas matrizes de 2004 e 2019, além dos estágios básicos que compreendem pesquisa, triagem, psicodiagnóstico e grupos, contam os estágios de clínica e os específicos. É no estágio básico de grupos e, principalmente, nos específicos que se disponibilizam campos diversos, dentre os quais podemos citar: dispositivos de saúde, assistência social, medida socioeducativa, etc. A disponibilidade desses campos de atuação está condicionada às demandas da comunidade endereçadas à universidade e ao interesse/competência técnica de cada professor supervisor.

Percepções sobre a formação acadêmica e a atuação no campo social

Neste tópico, segue a descrição dos resultados obtidos com as entrevistas, os quais passaram pelo procedimento da análise de conteúdo. No que se refere às motivações para a escolha do campo de atuação, em ambos os grupos de egressos encontramos como categorias de respostas mais frequentes: desejo de ajudar ao próximo, identificação com a área, interesse despertado desde os estágios e demanda do mercado de trabalho. Quanto às experiências iniciais, há profissionais que co-

meçaram atuando em outras áreas (consultoria e clínica) e migraram para o campo social. Uma pessoa iniciou na área social e migrou para outro campo. E, por fim, há os que tiveram a primeira inserção profissional já no campo social e aí permaneceram.

Dentre os desafios elencados verificou-se: criatividade para dar conta das demandas do campo, manter-se atualizado, falta de oportunidade quando recém formado, trabalho em equipe multiprofissional, adquirir conhecimento de outros campos do saber e atendimento a determinado público do serviço, cujas especificidades estapulam a competência técnica. As estratégias de enfrentamento identificadas foram: elaboração de projetos, especializações, trabalho voluntário, aprender com os mais experientes, supervisões/orientações e momentos de troca junto a equipes multidisciplinares.

As mudanças observadas abarcaram a disponibilidade de profissionais mais qualificados, maior maturidade dos profissionais para lidar com os desafios, formação mais adequada à realidade social, maior valorização e reconhecimento do psicólogo nesse campo. Com relação às contribuições da formação para a atuação profissional, a maioria acredita ser de suma importância a participação ativa do aluno e o interesse em buscar além do que é oferecido na universidade. Os entrevistados reconheceram a importância da formação para a sua atuação no campo social, devido aos princípios éticos fomentados, às oportunidades de treino da escuta e desenvolvimento de outras habilidades e competências.

Um dos profissionais formados antes das DCN salientou a necessidade de buscar especializações após a graduação. Outro, formado depois das DCN, afirmou não ter tido, durante o curso, embasamento teórico-metodológico suficiente à atuação no campo social. Portanto, em ambos os grupos, encontramos percepções a respeito das limitações da formação acadêmica em preparar profissionais para atuar nessa área.

O que fica como acréscimo a essas percepções é a ideia de que a formação jamais dará conta da realidade social em sua complexidade e das especificidades do trabalho nas políticas públicas. Alguns aprendizados são efetivos somente com a prática, nos embates cotidianos, razão pela qual os participantes situam a disponibilidade de campos de estágio específicos como um ponto importante na formação do psicólogo.

Discussão

Há estudos como o de Azevêdo e Parto (2014)

que se preocuparam com as percepções dos estudantes de Psicologia sobre a formação e a atuação no campo social. No entanto, não há publicações que focam nessa mesma problemática sob o ponto de vista do profissional formado. Os dados de Azevêdo e Parto (2014) são relevantes para esta discussão, porque demonstraram que mais da metade dos entrevistados estava satisfeita com as disciplinas de psicologia social e comunitária ministradas, considerando-nas importantes para o desenvolvimento profissional.

No entanto, uma parte significativa dos participantes desse estudo se demonstrou insatisfeita com a articulação teórico-prática, salientando que há apenas duas disciplinas de escopo social e comunitária no curso. Apesar de valorizarem as discussões com profissionais da área em sala de aula, os estudantes pesquisados reconheceram as atividades práticas como principal meio de aprender e perceberam a necessidade de supervisão. Enfatizaram a importância dos estágios acadêmicos, dos programas de iniciação científica e da reformulação da grade curricular, visando ampliar a carga horária das disciplinas já mencionadas. Muitos estudantes não se sentiram preparados, nem se interessaram pela área. Os que se sentiram preparados e se interessaram pela área reconheceram o valor da formação oferecida.

Do ponto de vista da agência formadora, a identidade e a prática profissional permaneceram praticamente inalteradas e pouco debatidas até a década de 90. O modelo de psicologia utilizado nas universidades privilegiava as concepções teórico-metodológicas vigentes desde as décadas anteriores, contribuindo para com a reprodução de práticas descontextualizadas (JACÓ-VILELA, 2007).

Ainda hoje existe uma certa distância entre a formação de profissionais e a realidade encontrada nos dispositivos de políticas públicas. No entanto, as IES não podem ser responsabilizadas sozinhas pela dificuldade em operacionalizar as habilidades e competência profissionais preconizadas atualmente. Os dispositivos também carecem de espaço e recursos para o desenvolvimento de práticas de ensino e pesquisa junto a seus trabalhadores e aos estudantes. Algumas perspectivas para a superação dessa distância entre a universidade e a política pública seriam: romper com certas burocracias institucionais de ambos os campos, visando atender às demandas locais de modo mais rápido; promover uma educação interprofissional, privilegiando práticas colaborativas; estabelecer práticas de estágio que proporcionem aquisição de habilidades e

competências requisitadas nesse campo; e, finalmente, fomentar um pensamento crítico e reflexivo (COSTA-NETO, 2015).

Conforme Cordeiro (2015), a implementação das diretrizes trouxe uma série de desafios para as instituições formadoras. Dentre eles, destacam-se: (1) romper como o modelo de formação do tipo mosaico, o qual se caracteriza por procedimentos parcelares; (2) fomentar discursos e práticas que coadunem com a política pública; (3) formação para o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, baseado em paradigmas que incluam a complexidade humana, além da integralidade do cuidado e participação no controle social; (4) adotar uma concepção de clínica ampliada; (5) promover inovações metodológicas no ensino superior, de modo a desafiar as inteligências e mobilizar a afetividade dos alunos.

Embora haja a perspectiva generalista, a qual se refere ao entendimento de que psicólogo estaria habilitado para atuar em diversos campos, os cursos de Psicologia sempre foram especialistas, preconizando a atuação clínica de orientação biomédica. O problema da compatibilidade entre formação e realidade social não pode ser resolvido com simples adaptações curriculares. Urge uma concepção de formação que prepare os alunos (futuros psicólogos) para produzir saber-fazer em situações de intervenções, mais do que aplicar técnicas preformuladas. Isso requer a incorporação de uma concepção paradigmática, na qual os sujeitos (pesquisador e pesquisado; psicólogo e usuários dos serviços; professor e aluno; assim por diante) sejam compreendidos em sua dimensão sócio-histórica (MOURA, 1999).

Coelho (2004) reitera que as práticas de ensino, aliadas à extensão e à pesquisa, criam condições para que o estudante articule teoria e prática, fazendo um exercício crítico e reflexivo de pensamento, assumindo uma postura ética no atendimento às demandas da população. Essa perspectiva de formação integral é uma das alternativas ao problema aqui exposto, pois, aproxima o aluno de uma realidade diante da qual, muitas vezes, se encontra alienado, implicando-o no processo de busca por solução para os problemas sociais.

Conclusão

A APP que originou esse artigo científico partiu da hipótese de que o egresso formado antes das diretrizes curriculares teria maiores dificuldades em sua

atuação no campo social, tendo em vista a preparação técnico-científica segundo modelos individuais de compreensão dos fenômenos psicológicos. No entanto, os egressos formados depois das mudanças curriculares também encontraram dificuldades na prática profissional que apontariam limitações no processo formativo e na tradução do paradigma do compromisso social no cotidiano dos serviços ofertados à população.

Diante do histórico das DCN apresentado e das adaptações indetificadas na análise de matrizes curso de Psicologia da UNIVALE, percebe-se como foi se estreitando uma concepção de formação afinada com a realidade social brasileira e uma preocupação em formar profissionais críticos. Um caminho para aumentar a afinidade entre formação profissional e demandas sociais é operacionalizar as habilidades e competências exigidas para a atuação profissional em situações práticas de ensino, extensão e pesquisa.

Este estudo carece de ser aprofundado e melhor debatido, pois é de suma importância para o desenvolvimento da proposta de formação em Psicologia. As suas limitações residem no fato de ter sido um estudo de caráter exploratório; não contou com uma amostra significativa que permitisse uma generalização dos dados. Uma indicação para pesquisas futuras seria investigar como as práticas já referidas têm contribuído para formação do egresso com o perfil preconizado pelas DCN, verificando o grau de compatibilidade entre o “psicólogo/psicologia que temos” e o “psicólogo/psicologia que queremos”.

Referências

- AZEVÊDO, A. V. S.; PARDO, M. B. L. Formação e atuação em Psicologia Social Comunitária. **Psicologia em Pesquisa**, v. 8, n. 2, p. 200-210, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BOCK, A. M. B. O compromisso social da Psicologia: contribuições da perspectiva Sócio-Histórica. **Psicologia em foco**: Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2008.
- BOCK, A.M.B. A Psicologia no Brasil [entrevista]. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. esp., p. 246-271, 2010.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 15. ed. Saraiva: São Paulo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de Agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 287, de 8 de Outubro de 1998**. Relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_98.htm>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 07 de Maio de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 15 de Março de 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de professores de Psicologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 569, de 8 de Dezembro de 2017**. Aprova o Parecer Técnico nº 300/2017, que apresenta princípios gerais a serem incorporados nas DCN de todos os cursos de graduação da área da saúde. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 597, de 13 de Setembro de 2018**. Aprovar o Parecer Técnico nº 346/2018, que dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_18.htm>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

CHAVES, A. M.; CAMPOS, R. H. F.; SANTOS, O. B.; BESSA, H. Memórias: 30 anos de regulamentação. **Psicol. Cienc. Prof.**: Brasília, v. 12, n. 2, p. 4-9, 1992.

COELHO, S. N. L. B. A extensão como via de formação integral em Psicologia. In: SOUZA, I. M. P.; TORRES, M. L. C. (Orgs.). **A história que faz a Psicologia da UNIVALE**. UNIVALE: Governador Valadares, 2004. p.75-86.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 403, 19 de Dezembro de 1962**. Disponível em: <<http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf>>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Carta de Serra Negra**. Encontro Nacional dos Cursos de Psicologia, Serra Negra: São Paulo, 31 de Julho a 02 de Agosto de 1992. Disponível em: <<http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1992-cartadeserranegra.pdf>>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia**. Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

CORDEIRO, E. G. Desafios da implementação das diretrizes curriculares nos cursos de Psicologia. In: CONSELHO REGIONAL DE MINAS GERAIS. **Contribuições do Seminário Mineiro de Psicologia na Saúde Pública**. CRP/MG: Belo Horizonte, 2015. p. 40-43.

COSTA-NETO, S. B. Dicotomias entre academia e campo de práticas na formação de recursos humanos para o SUS: visão da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia. In: CONSELHO REGIONAL DE MINAS GERAIS. **Contribuições do Seminário Mineiro de Psicologia na Saúde Pública**. CRP/MG: Belo Horizonte, 2015. p. 38-39.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60, a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**.

Vozes: Rio de Janeiro, 1996. p. 54-80.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. Atlas: São Paulo, 2017.

JACÓ-VILELA, A. M. O estatuto da Psicologia Social: contribuições da história da Psicologia Social. In: MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. **Psicologia Social: articulando saberes e fazeres**. Autêntica: Belo Horizonte, 2007. p. 37-54.

LANE, S. Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCH, P. A. [Orgs.]. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. Ed. Vozes: Petrópolis, 2000.

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. G. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicol. cienc. prof. [online]**, v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009.

MOURA, E. P. G. A psicologia (e os psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: reflexões a partir das propostas de diretrizes curriculares (MEC/SESU) para os cursos de graduação em psicologia. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 19, n.2, p. 10-19, 1999.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 30, n. espe., p. 8-41, 2010.